

ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2017. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | 2017 | 2016 | Passivos | Nota | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 60 | 351 | Fornecedores | | 21 | 20 |
| Dividendos a receber | 13 | 623 | 211 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 7 | 8 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 4.972 | 4.583 | Impostos e contribuições a recolher | 10 | 35.964 | 28.468 |
| Outros créditos | 8 | 36.405 | 30.153 | Outras contas a pagar | | 467 | 465 |
| Total do ativo circulante | | 42.060 | 35.298 | Total do passivo circulante | | 36.459 | 28.961 |
| Ativo não circulante | | | | Passivo não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | 11 | 21.431 | 21.832 | Impostos e contribuições a recolher | 10 | 233.570 | 255.415 |
| Operações de mútuo | 13 | 355.533 | 363.887 | Provisões para contingências | 11 | 204.636 | 197.622 |
| Outros créditos | 8 | 217.691 | 231.872 | Operações de mútuo | 13 | 300 | 300 |
| Investimentos | 9 | 19.493 | 17.492 | Total do passivo não circulante | | 438.506 | 453.337 |
| Total do ativo não circulante | | 614.148 | 635.083 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 14 | 475.564 | 475.564 |
| | | | | Reserva legal | | 4.715 | 4.715 |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (299.036) | (292.196) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 181.243 | 188.083 |
| | | | | Total dos passivos | | 474.965 | 482.298 |
| | | | | Total dos passivos e patrimônio líquido | | 656.208 | 670.381 |

Total dos ativos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais) | | | | |
|---|----------------|---------------|----------------------|---------|
| | Capital social | Reserva legal | Prejuízos acumulados | Total |
| Em 2015 | 475.564 | 4.715 | (316.645) | 163.634 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 24.449 | 24.449 |
| Em 2016 | 475.564 | 4.715 | (292.196) | 188.083 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (6.840) | (6.840) |
| Em 2017 | 475.564 | 4.715 | (299.036) | 181.243 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras.

2. Entidades da Companhia

| Entidade - Coligada | Cidade/Estado - País | Principais atividades | Participação acionária | 2017 | 2016 |
|---|-----------------------|---|------------------------|--------|------|
| Imocop Empreendimentos e Participações S.A. | São Paulo/SP - Brasil | Administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades | 30,58% | 30,58% | |

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2017. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, premissas e julgamentos contábeis significativos são: provisões para contingência (nota explicativa nº 11) e instrumentos financeiros (nota explicativa nº 12). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizados pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27.a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com juros sobre cessão de direito de crédito. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados. **b. Investimento em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. **c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. As variações do valor justo e os custos das transações após o reconhecimento inicial são registradas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e

| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais) | | | |
|--|------|----------------|----------------|
| | Nota | 2017 | 2016 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas administrativas | | 17 | (1.624) |
| Outras receitas | | 15 | 586 |
| Outras despesas | | 16 | (5.165) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | | (6.203) | 25.640 |
| Receitas financeiras | | 18 | 21.461 |
| Despesas financeiras | | 18 | (24.722) |
| Financeiras líquidas | | 18 | (3.261) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 9 | 2.624 |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício | | (6.840) | 24.449 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais) | | | |
|--|----------------|---------------|--|
| | 2017 | 2016 | |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício | (6.840) | 24.449 | |
| Resultado abrangente total | (6.840) | 24.449 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais) | | | |
|--|---------|--------|--|
| | 2017 | 2016 | |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício | (6.840) | 24.449 | |

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|-----------------|
| Ajustado por: | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | (2.624) | (887) |
| Depreciação e amortização | - | 1 |
| Aumento/(Reversão) em provisão para contingências | 7.015 | (31.860) |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (Aumento)/Diminuição em impostos e contribuições a recuperar | (389) | 4.607 |
| Diminuição em outros créditos | 11.436 | 25.519 |
| Diminuição em depósitos judiciais | 401 | 1.177 |
| (Diminuição) de fornecedores | (3.507) | (59) |
| (Diminuição) de impostos e contribuições a recolher | (14.349) | (9.381) |
| Aumento em outras contas a pagar | 1 | 9 |
| Dividendos recebidos | 211 | 195 |
| Caixa líquido (usado)/gerado nas atividades operacionais | (8.645) | 13.770 |
| Diminuição/(Aumento) em partes relacionadas | 8.354 | (13.830) |
| Caixa líquido gerado/(usado) pelas atividades de financiamentos | 8.354 | (13.830) |
| (Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (291) | (60) |
| Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa | | |
| No final do exercício | 60 | 351 |
| No início do exercício | 351 | 411 |
| (Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (291) | (60) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| Hierarquia do Valor justo | Valor contábil | 2017 | 2016 |
|---------------------------|----------------|------|------|
|---------------------------|----------------|------|------|

Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

| Ativos | Nível 1 | 60 | 145 |
|---|---------|---------|---------|
| Banco - conta movimento | Nível 2 | - | 206 |
| Aplicações financeiras | | | |
| Instrumento financeiro mantido pelo custo amortizado | | | |
| Empréstimos e recebíveis | | | |
| Dividendos a receber | Nível 2 | 623 | 211 |
| Operações de mútuo | Nível 2 | 355.533 | 363.887 |
| Outros créditos | Nível 2 | 254.096 | 262.025 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | Nível 2 | 21 | 20 |
| Outras contas a pagar | Nível 2 | 467 | 465 |

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. *Hierarquia de valor justo:* A tabela acima fornece uma análise do instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial, agrupado nos níveis 1 a 2, com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 3 d. **b. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

13. Partes relacionadas

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Ativo circulante | | |
| Dividendos a receber | | |
| Imocop Empreendimentos e Participações S.A. | 1 | 623 |
| Mútuos a receber | | |
| Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo | 355.533 | 363.887 |
| Passivo não circulante | | |
| Mútuos a pagar | | |
| Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo | 300 | 300 |
| A parte controladora final da Companhia é a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Valores ativos e passivos - As operações de mútuo são classificadas como ativos e passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não possuem vencimentos. | | |

14. Patrimônio líquido: Capital social
O capital social está representado por 334.281.641 em 31 de março de 2017 e 2016 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

| | Quantidade de ações | Representatividade |
|---|---------------------|--------------------|
| Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo | 334.281.640 | 99,9999% |
| Outros | 1 | 0,0001% |
| | 334.281.641 | 100,0000% |

Reserva Legal: Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

15. Outras receitas

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|------------|---------------|
| Reversões de provisões passivas | 576 | 38.961 |
| Outras receitas | 10 | - |
| | 586 | 38.961 |

Para mais informações sobre a reversão da provisão, veja Nota Explicativa nº 11.

16. Outras despesas

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|-----------------|
| Despesas com contingências e autos de infração | (5.108) | (4.784) |
| Despesas com outros impostos | (25) | (121) |
| Provisão para perda com impostos | - | (1.959) |
| Perda por recuperabilidade | - | (3.412) |
| Outras despesas | (32) | (19) |
| | (5.165) | (10.294) |

17. Despesas administrativas

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Despesas com pessoal | (261) | (277) |
| Seguro | (771) | (615) |
| Serviços contratados de pessoas jurídicas | (387) | (1.939) |
| Outras despesas | (205) | (196) |
| | (1.624) | (3.027) |

18. Financeiras líquidas

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------|-----------|
| Receitas financeiras | 50 | 96 |
| Receitas com operações financeiras | 20.952 | 23.250 |
| Juros sobre cessão de direitos de créditos | 459 | 1.381 |
| Outras receitas financeiras | 21.461 | 24.727 |

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Despesas financeiras | (195) | (128) |
| Comissões e despesas bancárias | (2.610) | (2.604) |
| Despesas com provisões para contingências | (21.914) | (24.073) |
| Juros sobre impostos parcelados | (3) | - |
| Outras despesas financeiras | (24.722) | (26.805) |
| | (3.261) | (2.078) |

Financeiras líquidas

| CONTADORA | |
|---------------------------|--|
| Vanessa Siqueira Samejima | |
| CRC 1SP 238.292/O-0 | |

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.** **• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião**

→

| | Participação | Quantidade de ações | Ativos circulantes | Ativos não circulantes | Total de ativos | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Total de passivos | Patrimônio líquido | Receitas | Outras receitas e despesas | Lucro ou prejuízo | Equivalência patrimonial |
|-------------|--------------|---------------------|--------------------|------------------------|-----------------|----------------------|--------------------------|-------------------|--------------------|----------|----------------------------|-------------------|--------------------------|
| 2017 | | | | | | | | | | | | | |